

## O PROGRAMA MULHERES MIL E SUAS INTERFACES: uma abordagem integrativa

### THE PROGRAMMA MULHERES MIL AND ITS INTERFACES: an Integrative Approach

---

Nilva Celestina do Carmo<sup>1</sup>, Maria das Dôres Saraiva de Loreto<sup>2</sup>, Fabíola Faria da Cruz Rodrigues<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Professora Efetiva do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa, Minas Gerais.

<sup>3</sup> Estagiária no Laboratório INOVALEITE, do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa.

#### RESUMO

Trata-se de uma revisão integrativa a partir da contextualização do Programa Mulheres Mil (PMM) e as temáticas: Bem-Estar Subjetivo, Violência Doméstica e de Gênero, considerando os artigos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em bases de dados, no período entre 2012 a 2018. Foi também, realizada a análise de conteúdo, conjugada com a análise textual, demonstrando que, apesar do enfrentamento da violência ser um dos objetivos do PMM, sua citação nos discursos dos trabalhos analisados se dá de forma menos incidente. Como resultado verifica-se o número incipiente de estudos que examinam as interfaces entre o "Programa Mulheres Mil" e as temáticas propostas, sugerindo sua natureza inovadora.

**Palavras-chave:** Programa Mulheres Mil, Violência contra a mulher, Bem-Estar Subjetivo

#### ABSTRACT

This is an integrative review based on the contextualization of the Programa Mulheres Mil (PMM) and the themes: Subjective Well-Being, Domestic and Gender Violence, considering articles and academic papers, dissertations and theses, available in databases, in the period from 2012 to 2018. Content analysis was also carried out in conjunction with the textual analysis, demonstrating that, despite the fact that violence is one of the objectives of the PMM, its citation in the discourses of the works analyzed is less incident. As a result, there is an incipient number of studies examining the interfaces between the "Thousand Women Program" and the proposed themes, suggesting its innovative nature.

**Keywords:** Thousand Women Program, Violence against women, Subjective well-being

## 1 INTRODUÇÃO

---

A violência contra a mulher é um fenômeno que a impede de alcançar a sua plena realização pessoal, causando danos, que vão desde o medo à dor física crônica, passando pelo esfacelamento da autoestima, sofrimentos indizíveis e perdas em vidas humanas. Apesar de ser uma forma de discriminação e uma violação de direitos humanos, é um fenômeno crescente tanto no Brasil quanto no mundo.

Segundo Campos et al (2020), a violência contra a mulher pode ser vista como uma expressão da violência de gênero<sup>1</sup>, perpetrada significativamente no ambiente doméstico pelo parceiro íntimo, nomeada como violência doméstica ou violência contra a mulher, cujas consequências podem ser observadas tanto no plano individual, quanto familiar e social.

Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que, no ano de 2018, 27,4% das brasileiras acima dos 16 anos passaram por algum tipo de violência. O levantamento revela, ainda, que 8 em cada 10 mulheres sofreram violência por algum conhecido, como namorados ou maridos (23,9%), ex-namorados ou ex-companheiros (15,2%), irmãos (4,9%), amigos (6,3%) e pai ou mãe (7,2%). Outro aspecto grave é que, no ambiente doméstico, os casos chegam a 42%; sendo que mais da metade das vítimas (52%) não denuncia o agressor ou procura ajuda. Os pesquisadores atribuem esses dados estatísticos e a consequente estagnação do cenário de violência contra a mulher à falta de políticas públicas realmente efetivas e, principalmente, à desigualdade de gênero e raça no país (CERIONI, 2019).

Ainda com respeito ao dimensionamento desse fenômeno, Waiselfisz (2015), no “Mapa da Violência 2015”, relata que mais da metade das denúncias é por agressão física (50,2%), ocorrida em ambiente doméstico e familiar (85,8%), cometida preferencialmente por homens (72,0% dos casos), com os quais as vítimas mantêm

---

<sup>1</sup> Segundo Bandeira (2014), categoria gênero foi fundamental para perceber as relações de violência no espaço familiar. A expressão “violência de gênero” se consolidou como uma categoria analítica, quando se remete a lugares sociais sexuais, nos quais as mulheres estão arraigadas em desigualdades por uma ordem simbólica, pautada no modelo patriarcal na sociedade. Assume-se, como comentam Barbosa e Borges (2016, p. 208), “de que o feminino e o masculino não são dados naturais ou biológicos, mas sim construções culturais com carga política. Ou seja, as características atribuídas a cada gênero e valoradas de forma desigual, não são nenhuma predestinação da natureza que condenam a mulher a ser um ser social vitimizado é infra valorado.

ou mantiveram uma relação afetiva duradoura, de mais de cinco anos. O segundo tipo de violência mais registrado foi o de agressão psicológica (30,3%), seguido de violência moral, violência patrimonial, violência sexual, cárcere privado e tráfico de pessoas.

Essa é uma situação que tem se mantido, como destaca Costa (2021), ao afirmar que os recentes dados da violência contra a mulher são preocupantes e que, especialmente no Brasil, essa violência segue vitimando milhares de mulheres, reiteradamente. A autora salienta que esse fenômeno ocorre de forma sistêmica sem se restringir a uma camada ou a um setor da sociedade

As evidências empíricas têm possibilitado uma maior visibilidade do fenômeno, como enfatiza Engel (2020), explicando que, nos últimos vinte anos, houve uma melhoria significativa na coleta de dados. Segundo a autora, os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) e pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) são promissores na produção contínua de informações sobre vitimização de mulheres, possibilitando a produção de diagnósticos e o acompanhamento da evolução estatística. Esse aperfeiçoamento contribui para o desenvolvimento da proposição de políticas públicas e ainda para a proposição de subsídios, de forma que os organismos nacionais e internacionais, engajados no tema, possam cobrar a efetivação dos dispositivos legais, visando contrapor as consequências da violência, principalmente, pelo fato da mesma ser um fenômeno sociocultural com impacto na saúde pública (MACHADO, et al,2020).

Assim, a violência doméstica e, especialmente, contra o segmento feminino é considerada um problema de saúde pública, pois a mulher vitimada, muitas vezes, evita denunciar pelo medo, o que provoca baixa autoestima e incorporação do sentimento de culpa. De acordo com Dias (2016), tal fato faz com que a mulher vitimizada termine se isolando dos sistemas de apoio e se torne ainda mais dependente do seu parceiro, o que interfere no exercício dos direitos da cidadania e na qualidade de vida das mulheres, limitando seu pleno desempenho, como sujeito humano, afetando ainda o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade.

Campos et al. (2011) consideram que uma das estratégias para a minimização das taxas de violência contra a mulher seria o acesso à educação, como uma forma de aperfeiçoamento de aptidões, qualificação para o mercado de trabalho,

aumento da produtividade, democratização da estrutura ocupacional, geração de emprego e autonomia. Enfim, entendem que a educação proporcionaria a distribuição mais justa de oportunidades sociais, respeito da dignidade humana e melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Nesse contexto, emergiu, no Brasil, o Programa Mulheres Mil (PMM), que tem como objetivo minimizar a exclusão social feminina, promover a melhoria do nível de escolaridade e o acesso ao mercado de trabalho, bem como a atenuação da violência contra a mulher. O referido programa iniciou seu processo de implementação em 2007, beneficiando mulheres, a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza.

Em 2011, o PMM foi instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, em função dos impactos positivos alcançados pelo projeto-piloto<sup>2</sup>, objetivando: oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes o acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher. Para tanto, se fundamenta na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, que privilegia temas, como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros; buscando-se, assim, promover a inclusão social, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania. (BRASIL, 2012)

Souza *et al* (2011, p. 3) destacaram que o Programa Mulheres Mil, visando o acesso à educação, promoção da equidade, igualdade entre os sexos e o combate à violência contra a mulher, está estruturado em três eixos, a saber: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, como explicitado:

Os três eixos que compõem o Programa assumem como princípios a inclusão social e redução das desigualdades sociais. Para isso, pretende através da articulação das temáticas de gênero, equidade e diversidade étnica, discutir sobre o crescimento econômico ambientalmente sustentável, enfatizando o emprego e a geração de

---

<sup>2</sup> Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional, melhorar a qualidade de vida destas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas, bem como reduzir a violência de gênero contra a mulher. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, a construção de redes educacionais locais (CAMPOS, 2015).

renda, reduzindo as desigualdades individuais como tentativa de dirimir os problemas regionais e locais em torno da pobreza e da sustentabilidade econômica local. Logo, a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia, apresentam-se como conceitos fundantes do Programa. Para isso, torna-se necessário investir na educação de jovens e adultos com formação profissional e tecnológica.

Assim, um dos objetivos do PMM consiste na atenuação da violência doméstica e de gênero contra a mulher, por meio da elevação do nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e aumento da autonomia. Esse objetivo deve-se à prevalência contínua da violência, demonstrando que o Estado ainda não conseguiu combater efetivamente a violência contra a mulher, apesar da criação da Lei Maria da Penha<sup>3</sup> e da recente Lei do Feminicídio<sup>4</sup>.

Petter e Cagliari (2016) consideram que várias são as barreiras que impedem a efetivação dos dispositivos legais e que fazem com que muitas vítimas não se manifestem e se submetam às vontades do agressor, citando: o isolamento, o medo e a negação social da mulher, a dependência feminina e a esperança de que o marido mude o comportamento, as ameaças do parceiro, a crença de que há tratamento para o agressor, a descrença na capacidade dos profissionais para oferecer segurança e a autonomia.

Alguns estudos, como de Oliveira (2014) e De Souza *et al* (2012), associam o PMM à violência de gênero contra a mulher, evidenciando que tratar as questões de gênero é um processo evolutivo da luta das mulheres, que implica em confrontar velhos paradigmas e constatar que ocorreram avanços gradativos; sendo, portanto, imprescindível adotar políticas públicas que concretizem o discurso.

Por outro lado, conforme destacado pelos autores supracitados, a participação das mulheres no PMM constitui-se um fator de mudança em suas vidas, contribuindo de forma efetiva, principalmente, para a elevação da autoestima. Com isso, considera-se

---

<sup>3</sup> A Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha, surgiu como forma de o Estado Brasileiro cumprir seus compromissos internacionais de lutar pelos direitos das mulheres e, com isto, diminuir a violência definida nos incisos do art. 5º, como: "*violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida*" (BRASIL, 2006).

<sup>4</sup> Lei 13.104, de 09 de março de 2015, tornou o assassinato de mulheres qualificado quando feito por menosprezo à condição de ser mulher. O feminicídio representa, portanto, a última etapa de um *continuum* de violência contra a mulher que leva à morte (BANDEIRA, 2019).

necessário mensurar se as experiências e mudanças vivenciadas pelas participantes, durante e após o PMM, implicaram em atenuação da violência e melhorias do bem-estar subjetivo (BES).

Por sua vez, Diener e Lucas (2000) destacam que o BES está relacionado às avaliações que as pessoas fazem de suas vidas, devendo ser avaliações, cognitivas e afetivas, pautadas pela satisfação global com a vida e por componentes emocionais, que podem conter tanto aspectos positivos quanto negativos

Campos (2015) ressalta que o bem-estar, apesar da sua subjetividade, é composto por condições objetivas do ambiente físico e de relacionamento e, no caso do PMM, oferece análises passíveis de objetivar discussões, que podem contribuir com a construção de políticas públicas baseadas nos seus resultados, destacando, ainda, que a mensuração do BES possui condições para verificar se ocorreram mudanças no cotidiano, de acordo com a percepção das participantes.

Nesse sentido, é fundamental verificar se existem estudos que discutam a respeito da associação entre PMM, Violência e Bem-Estar Subjetivo. Desse modo, a presente pesquisa objetivou realizar uma revisão bibliográfica sistemática, com abordagem integrativa a partir da contextualização do PMM, BES e violência doméstica e de gênero. De acordo Campos (2015, p, 68) essa abordagem metodológica “permite a inclusão de estudos com desenhos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Ou seja, tendo em vista as publicações científicas relacionadas tanto à política pública educacional, em especial o PMM, quanto à demais categorias analíticas propostas, faz-se necessária a utilização de metodologias para realizar pesquisa bibliográfica baseada em evidências.

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), citando Whitemore e Kanfi (2005), a Prática Baseada em Evidências (PBE) tem contribuído com a produção de metodologias para a revisão bibliográfica sistemática da literatura.

---

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa em questão fez uso da Revisão integrativa, que é um método específico “que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer compreensão mais abrangente de um fenômeno particular”. Esse método, realizado

com a coleta de dados, a partir de fontes secundárias, objetiva analisar os resultados sobre determinado tema, contidos no conhecimento existente de pesquisas anteriores; permitindo, inclusive, a geração de novos conhecimentos (BROMME, 2006, citado por BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127).

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica considerando os artigos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em duas bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>) e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), durante o período compreendido entre 2012 a 2018, com opção dos estudos “em qualquer idioma”, sendo utilizados na pesquisa, devidamente combinados, os seguintes descritores: Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero e Bem Estar. A escolha das referidas bases de dados se deve ao fato de que constituem um dos mais importantes e abrangentes índices da literatura científica.

Quanto aos critérios definidos para a seleção e inclusão dos estudos, buscou-se estabelecer, a partir da experiência das autoras, uma descrição das referências bibliográficas, que apresentassem os critérios, em termos do tipo e ano de publicação, além da presença das palavras-chave no título e demais campos (Quadro 01).

Assim, após a identificação das referências, foi realizada uma leitura dos resumos das publicações, sendo utilizados os seguintes critérios de exclusão: estudos científicos publicados antes de 2012, os não pertinentes aos assuntos e os repetidos.

**Quadro 01** – Critérios de inclusão de estudos científicos sobre o tema “Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero e Bem Estar Subjetivo”, no período de 2012 a 2018.

Item	Critérios	Descrição	Justificativa	Pontuação
1	Palavras chave no título e palavras chave em todos os campos.	Estudos científicos que apresentem pelo menos uma das palavras chave da pesquisa	Foram selecionados estudos científicos que apresentem no título e ou em todos os campos pelo menos uma das palavras chave da pesquisa.	Todas as Palavras chave no título = 3 Pelo menos 1 das Palavras chave no Título e as demais nos demais campos = 2 Todas as palavras chave apenas nos demais campos=1 Máximo de 3 pontos.
2	Ano de publicação	Estudos científicos publicados a partir do ano de 2012	Considerou-se o período de sete anos, com base na data de implementação do PMM, em âmbito nacional, ter ocorrido a partir de 2011, valorizando as publicações recentemente publicadas.	2012 até 2014= 1 ponto; 2015 até 2016= 2 pontos; >2017= 3pontos Máximo de 3 pontos
3	Tipos de Publicação	Teses, Dissertações, Artigo em Revista – <i>Qualis</i> Capes, Monografias, Artigo em Revista sem <i>Qualis</i> Capes ou Trabalho completo apresentado em evento e Artigo publicado em site.	Referências bibliográficas de maior visibilidade e impacto científico	Tese= 6 Dissertação= 5 Artigo em Revista – <i>Qualis</i> Capes = 4 Monografia=3 Artigo em Revista Sem <i>Qualis</i> Capes ou Trabalho completo apresentado em evento = 2 Artigo completo publicado em site= 1  Máximo de 6 pontos



Em seguida, após a leitura dos resumos, foram destacados aqueles estudos que despertaram o interesse, sendo realizada a leitura dos documentos na íntegra e preenchida uma ficha bibliográfica previamente elaborada com os seguintes tópicos: autor, título, tipo de publicação, local da publicação, ano e resumo.

Na segunda parte da pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011) e Laville e Dionne (1999), conjugada com uma análise textual, com o apoio do software de análise lexical Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

---

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na perspectiva de garantia de direitos humanos das mulheres uma das condições para o estado brasileiro promover a minimização da violência doméstica e de gênero é o cumprimento de recomendações previstas em tratados internacionais, que remetem à erradicação de violência contra a mulher, com a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e, em consonância, com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), como exposto em Brasil (2011).

Na década de 80, no Brasil, despontam as primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado, visando a promoção dos direitos das mulheres no combate à violência, tendo como principais elementos: a inauguração da primeira Delegacia de Defesa da Mulher; a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que culminou com a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, consolidando e ampliando esse enfrentamento, para além da segurança e assistência social, “no sentido de garantir os direitos das mulheres e uma vida sem violência”, tendo por base “a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática” BRASIL (2011, p. 17). Campos (2015) criticou a evolução desses aparatos de proteção à mulher, afirmando que a abordagem da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, no Brasil, se iniciou com cem anos de atraso, em relação ao ocidente.

De acordo com Blay (2003), essa perspectiva de enfrentamento perpassou, inicialmente, pela questão cultural, com ações articuladas e conjugadas entre vários entes governamentais.

Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios. (BLAY, 2003, p. 96).

Esse enfrentamento, proposto pelo referido pacto, não está restrito à questão do combate, pois compreendeu também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos; requerendo, nessa perspectiva, ações conjuntas e articuladas, que desconstruíssem as desigualdades e combatessem as discriminações de gênero e os padrões patriarcais, ainda muito marcantes na sociedade brasileira, de forma a promover o empoderamento das mulheres.

Silva e Cunha (2017) destacaram a necessidade de elaborar políticas públicas, que englobem os diversos segmentos da sociedade, propiciando a desconstrução de discursos, que reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres; além de salientarem que a dificuldade de mensurar a violência contra a mulher está atrelada ao não rompimento do ciclo de invisibilidade e do silêncio, como exposto:

[...] romper as barreiras do silêncio e da invisibilidade do fenômeno da violência contra a mulher na esfera das relações afetivas implica a mobilização de todos os setores da sociedade, ou seja, uma profunda mudança dos estereótipos de gênero construídos socialmente e que ainda hoje carrega raízes densas na sociedade. Nessa perspectiva, urge a necessidade de rompermos o silêncio frente à violência sofrida nos lares, entre as quatro paredes e sensibilizar a sociedade para a inserção da temática da violência contra a mulher nos currículos escolares e na formação de diferentes profissionais. (SILVA; CUNHA<sup>5</sup>, 2017, p. 8-9)

---

<sup>5</sup> Cabe salientar que o trabalho citado não foi selecionado para esta revisão em virtude de não ter alcançado o valor necessário para classificação.

Diante desse cenário crescente de violência contra a mulher, foram implementadas políticas públicas, como é o caso do PMM, como estratégia política educacional para o enfrentamento da violência contra a mulher. Entretanto, reconhecendo que o crescimento da violência pode estar atrelado a sua não publicização, procurou-se examinar as publicações que retratam essa associação entre o PMM, violência e bem-estar.

Inicialmente, realizando a busca, apenas do descritor “Programa Mulheres Mil”, no período compreendido de 2012 a 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, obteve-se como resultado 26 teses e 47 dissertações. Com a expansão da pesquisa no Google Acadêmico, foram localizados aproximadamente 470 estudos científicos.

Refinando a pesquisa, por meio do acréscimo dos demais descritores, foram encontradas 20 publicações, distribuídos entre as duas bases de dados, relacionadas aos temas objetos desta pesquisa. Conforme descrito na Tabela 01, evidenciou-se que o Google Acadêmico constituiu o principal meio de divulgação dos trabalhos relacionados às temáticas (80%).

No resultado desta pesquisa, constatou-se um número incipiente de estudos relacionados ao PMM. A partir de 2012, de um universo de 20.009 teses e dissertações publicadas, na Biblioteca Digital Brasileira, relacionadas à política pública, existiam apenas 73 (0,36%), destinadas ao estudo do PMM. Ao restringir a consulta acrescentando os descritores “Violência Doméstica e de Gênero” e “Bem-Estar Subjetivo”, os números são quase que irrisórios, chegando a apenas o número de quatro estudos.

No que diz respeito à pesquisa realizada junto ao Google Acadêmico, obteve-se um total de 545 documentos registrados. Ao restringir a consulta, por meio do acréscimo dos demais descritores, foi alcançado um total de 16 estudos, entre teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados em eventos.

**Tabela 01** - Número de estudos científicos encontrados de acordo com as palavras chave, no período de 2012 a 2018

Descritores	BITD	Google Acadêmico
Programa Mulheres Mil e Violência Doméstica e de Gênero	3	14
Programa Mulheres Mil e Bem Estar Subjetivo	1	2
Total	4	16

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

Considerando os critérios estabelecidos na metodologia e a pontuação adquirida, foram selecionadas 10 das 20 publicações, considerando que a análise se pautou naquelas publicações que obtiveram nota igual e superior a oito. A partir do somatório das pontuações propostas obteve-se um total de 10 estudos possíveis, conforme pontuação obtida pelas publicações selecionadas, destacada na Tabela 02.

**Tabela 02** – Pontuação final das publicações científicas selecionadas a partir dos critérios da revisão integrativa, no período de 2012 a 2018.

TÍTULO DO ESTUDO	PALAVRA CHAVE	ANO DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TOTAL
Programa Mulheres Mil e Violência Doméstica e de Gênero				
1.A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	2	3	5	10,0
2.Representações Sociais a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico de São Borja/RS	2	1	6	9,0
3.“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	2	2	5	9,0
4.Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes	2	2	5	9,0

5.A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação	2	2	5	9,0
6.Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	2	2	5	9,0
7.A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia	2	1	5	8,0
<b>Programa Mulheres Mil e Bem Estar Subjetivo</b>				
8.Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	1	2	6	9,0
9.Análise do "Programa Mulheres Mil" no IFPR, Campus Paranaíba: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero	2	2	4	8,0
10.Bem-Estar Subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil - Barbacena MG	3	1	4	8,0

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

Com o levantamento realizado verificou-se que 70% das publicações (n=7) referem-se aos descritores "Programa Mulheres Mil e Violência Doméstica e de Gênero".

No que diz respeito à qualificação dos autores, identificou-se que os docentes estão entre os que mais publicaram (50%, n=5). Esses dados revelam que a maior parte das publicações foi realizada na área de educação, o que encontra uma explicação plausível, em função dos autores serem, na maioria, docentes. Este resultado, de acordo com De Moura et al (2016, p. 157), "pode estar associado às exigências de publicação científica por parte dos programas de pós-graduação, bem como à pressão das agências financiadoras de pesquisa que destinam recursos àqueles com produção científica significativa".

Os resultados desta investigação também revelaram que os demais autores são de diferentes áreas: Serviço Social (n=1), Ciências Contábeis (n=1), Fisioterapia (n=1), Nutrição (n=1) e Comunicação Social (n=1), demonstrando que esses estudos, mesmo que incipientes, promovem uma análise crítica e reflexiva sobre o PMM e a sua interface com as demais políticas de inclusão social. Porém, considera-se

relevante que sejam incentivados outros profissionais, tais como, psicólogos, pedagogos, administradores, dentre outros, que sejam atuantes e envolvidos com a área de implementação de políticas públicas. Para Duarte et al (2015), a participação de profissionais de áreas distintas no processo investigativo possibilita um aprofundamento teórico-prático e potencializa a relevância dos resultados e discussões dos fenômenos estudados.

Notou-se, ainda, que 90% (n=9) das pesquisas foram realizadas no local de trabalho dos pesquisadores e que 80% (n=8) atuaram direta ou indiretamente, como colaboradores, no Programa Mulheres Mil.

Outro dado pesquisado foi em relação ao sexo dos autores, com destaque para a predominância maciça de mulheres (100%), nos estudos pesquisados. Esses dados instigam alguns questionamentos, como: a) se as pesquisadoras não estariam mais sensíveis aos problemas enfrentados pelas mulheres participantes do PMM?; b) qual teria sido a participação masculina nas etapas de implementação e execução do PMM nas instituições?; e c) se os pesquisadores homens seriam mais resistentes ou sofreriam resistência para as investigações nesta área?.

Além disso, procurou-se verificar em quais áreas do conhecimento as publicações foram realizadas. Para tanto, buscou-se relacionar as informações sobre o tipo de periódico ou programa de pós-graduação, conforme apresentado no Quadro 02.

**Quadro 02** – Descrição das publicações de acordo com as áreas de conhecimento das publicações relativas ao período 2012 a 2108

PROGRAMA MULHERES MIL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO			
Item	Título da publicação	Informações do periódico/Programa de Pós-Graduação	Área de Conhecimento
01	A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado – Faculdades EST.	Ciências da Religião e Teologia
02	Representações Sociais a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico De São Borja/RS	Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado – UFSM	Letras
03	“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do	Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas –	Ciências Políticas

	empoderamento feminino	Mestrado Profissional- UFPE	
04	Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional - UNB	Educação
05	A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – UFRRJ	Educação
06	Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado - UFSC	Educação
07	A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia	Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional – UNB	Educação
PROGRAMA MULHERES MIL E BEM ESTAR SUBJETIVO			
08	Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana – Doutorado - UNB	Nutrição
09	Análise do "Programa Mulheres Mil" no IFPR, Campus Paranavaí: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero	HOLOS. 2016. Ano 32. v. 1	Multidisciplinar
10	Bem-Estar Subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil - Barbacena MG	HOLOS. 2012. Ano 28, v.4	Multidisciplinar

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

Dos estudos selecionados, em relação ao perfil das publicações, notou-se que 40% (n=4) foram realizados em programas de pós-graduação ou publicados em periódicos classificados na área de Educação; 20% (n=2) em periódicos que se classificaram como multidisciplinares e os demais se encontravam dispostos em áreas de conhecimento bem diversificadas, como: Ciências Políticas, Letras, Ciências da Religião e Teologia; além das Multidisciplinares.

Os resultados também evidenciaram que a maioria dos estudos pesquisados (80%, n=8) está associada aos Programas de Pós-Graduação, como requisitos para que se concluam os cursos de mestrado e doutorado, com maior ênfase para as dissertações (60%, n=6).

Do total de pesquisas realizadas em programa de pós-graduação (n=8), que envolvem os descritores propostos, verificou-se que 37,5% (n=3) são de instituições de ensino localizadas na Região Sul; 25% (n=2), na Região Nordeste; 25% (n=2), na Região Centro-Oeste e 12,5% (n=1), na Região Sudeste. Um aspecto interessante

demonstrado por esta pesquisa é o número relevante de estudos realizadas em programas de pós-graduação na Região Sul do território brasileiro, contrapondo vários estudos que apontam a Região Sudeste, com o número mais relevante de publicações, seja pela interiorização do ensino, como pela criação de novas unidades de ensino e investimento na pós-graduação, no Brasil, na última década, como pontuado por De Moura et al (2016, p.157)

Os resultados encontrados podem estar associados à tradição de um número relevante de pesquisas serem realizadas pelas universidades do Sudeste do País. Esta região possui estrutura socioeconômica que possibilita maior desenvolvimento científico e tecnológico. [...] O aumento da produção científica nos anos de 2006 a 2010 pode estar associado ao investimento na pós-graduação no Brasil, que resultou em sua expansão contínua por meio do aumento do número de cursos oferecidos

Do total de pesquisas oriundas dos programas de pós-graduação (n=8), observou-se um baixo índice de publicações de artigos em periódicos avaliados pelo sistema denominado *Qualis*<sup>6</sup>. Notadamente, foram geradas apenas 03 publicações, sendo 02 relacionadas aos descritores "Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero" e 01 relacionada aos descritores "Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo", sendo 02 publicações de artigos em revistas com a classificação *Qualis* Capes B5 e 01 publicação *Qualis* Capes B4; existindo também 01 publicação em Coletânea de Textos da Unesco e 5 trabalhos completos, que foram apresentados e publicados em anais de eventos.

Do total de artigos selecionados, na presente pesquisa (n=2), todos foram publicados em periódicos identificados no Sistema *Qualis* com a classificação B3.

Quanto ao período de publicação, foi identificado que o maior número de estudos está associado ao período de 2015 a 2016 (60%, n=6), sendo, 83% (n=5) dessas publicações realizadas no ano de 2016. Em relação ao tipo de publicação, houve maior ênfase em dissertações (60%, n=6).

---

<sup>6</sup> Esse sistema é basicamente um conjunto de procedimentos utilizado para classificar a qualidade de produção científica dos programas de pós-graduação, implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).



Em relação à abordagem dos estudos analisados tem-se que a abordagem qualitativa predominou (70%, n=7), em relação às demais, sendo que 20% (n=2) desenvolveram os trabalhos com a abordagem quantitativa e 10% (n=1) fez uso da abordagem quali-quantitativa. Dos trabalhos com a abordagem qualitativa (n=7), 57% (n=4) utilizaram como metodologia a análise de conteúdo; 28,5% (n=2) utilizaram a etnografia; 14,5% (n=1) a pesquisa bibliográfica. Quanto aos estudos identificados com as abordagens quantitativa e quali-quantitativa verificou-se que 66% (n=2) utilizaram o programa *Statistical Package of Social of Science* (SPSS).

Essa verificação reflete o contexto das pesquisas realizadas sobre Programa Mulheres Mil, uma vez que poucos estudos tinham como metodologia a abordagem quantitativa. De acordo com Duarte et al (2015, p. 328), muitos pesquisadores defendem que os métodos qualitativos conseguem dimensionar a complexidade de temas, tais como “relações de gênero e seus efeitos sobre diferentes esferas da vida social”. Porém, os autores também apontam, corroborando com o resultado ressaltado neste estudo, que, para além de estudos qualitativos, se faz necessário investir em estudos que possam traduzir em números a amplitude dos temas pesquisados e possam contribuir, de forma efetiva, na condução de ações devidamente planejadas e que possibilitem a visibilidade necessária para o real enfrentamento dos problemas apontados.

De todos os estudos pesquisados, 70% (n=7) tiveram como sujeito ou assunto de interesse as mulheres matriculadas no PMM. No entanto, 20% (n=2) tiveram como sujeitos, para além das mulheres, professores e servidores, que participaram do PMM e, em 10% das publicações (n=1), a temática pesquisada foi identificada como as representações sociais de mulheres do PMM, em situação de violência doméstica.

Outro dado relevante, diz respeito ao número de vezes que um estudo é citado em outros estudos científicos, já que várias bases de dados incluem a contagem de

citações, como é o caso do Google Acadêmico<sup>7</sup>. Do total pesquisado (n=10), 10% (n=1) teve 05 citações registradas; 30% (n=3) registrou 01 citação; enquanto 60% (n=6) não obtiveram registros de citações. O estudo que obteve maior número de citações corresponde aos descritores “Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo”.

A partir dos principais resultados e discussões evidenciados nos estudos selecionados, buscou-se elucidar as categorias que emergiram da análise dos conteúdos dos itens pesquisados. Assim, em função das principais considerações da busca integrada entre Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero foram encontradas as seguintes categorias: a) Empoderamento; b) Formação Profissional. E, em relação ao item Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo, foi identificada como categoria: as principais mudanças vivenciadas pelas mulheres. A descrição da síntese das principais considerações pode ser visualizada nos Quadros 03 e 04.

As categorias que emergiram da análise de conteúdo na temática “Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero” estão fortemente ligadas ao empoderamento, bem como a garantia de acesso à formação educacional da mulher participante do PMM, tanto pela possibilidade de elevação da escolaridade, quanto pela inserção no mercado de trabalho, sendo apontadas essas estratégias como soluções para a valorização da mulher, minimização ou redução da violência doméstica, bem como contribuição para a emancipação e melhoria na vida e nas relações familiares.

Todos os estudos analisaram o PMM, como uma política pública que influencia positivamente o crescimento da mulher e seu empoderamento, relatando sobre a fragilidade da mulher e apontando sobre os fatores que inviabilizam determinadamente o seu crescimento pessoal. Diversos autores, como Ribeiro

---

<sup>7</sup> No Google Scholar é possível consultar o número de citações por artigo, na opção “Cited By”, que surge junto de cada referência na lista de resultados e que permite a consulta das citações que determinado documento recebeu. (Fonte: <http://blogs.ua.pt/bibliotecainforma/?p=818>, acesso: 11/jun/2018).

(2013), Tunin (2015), Guerra (2016), Rodrigues (2017), Conto (2012), Ferreira (2016) e Rosa (2016) ressaltam, ainda, a importância da intervenção do Estado via políticas públicas, principalmente, aquelas com foco em gênero, para atenderem as diferenças e as condições de desigualdade e de subordinação imposta pela sociedade, por intermédio de ações diferenciadas visando atenção à mulher.

Contudo, relacionado à temática "Empoderamento", no que pese a categorização, é interessante observar que a promoção do empoderamento vem também atrelada às políticas públicas educacionais. Porém, nas discussões efetuadas por Conto (2012) e Rodrigues (2017), os autores chamaram a atenção sobre a impossibilidade de como identificar evidências de que o conhecimento e a conscientização, repassados pelo PMM às mulheres, sejam suficientes para o empoderamento feminino.

Quanto à categoria "as principais mudanças vivenciadas pelas mulheres", que emergiu na análise da temática "Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo", evidenciou-se que os objetivos do PMM foram cumpridos, parcialmente, com destaque para o impacto positivo do programa, sinalizando melhorias na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias. No entanto, os resultados não apontam significância do PMM na alteração do Bem-Estar Subjetivo. (CAMPOS, 2015, FURTADO *et al*, 2012, PANARARI-ANTUNES *et al*, 2016).

A referida análise de conteúdo foi complementada com o uso do software Iramuteq, por meio da Análise de Similitudes, ao examinar 10 resumos dos textos pesquisados. A partir dessa análise baseada na teoria dos grafos, foi possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as mesmas, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo do corpus textual. Conforme Figura 01, foram identificadas duas palavras que mais se destacaram no discurso, sendo: "Mulher" e "Programa"<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A palavra programa aparece em substituição à expressão "Programa Mulheres Mil".



**Quadro 03** – Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas: Programa Mulheres Mil, Violência Doméstica e de Gênero, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018

Categorias	Título das publicações	Sinopses	Principais considerações
Empoderamento	A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho	A autora analisa o PMM inserido nas políticas públicas e a sua influência no crescimento da cidadania das mulheres e no empoderamento feminino.	Destaca que a estruturação da matriz curricular e dos cursos ofertados pelo PMM proporciona às participantes conhecimentos de leis protetoras, como é o caso da Lei Maria da Penha. Ressalta que, em relatos, as participantes demonstram, de forma mais consciente, a não aceitação de atos de violência. Contudo, aponta que não há dados suficientes que possibilitem dimensionar se houve a mudança de postura e de introjeção dos conceitos de direito à segurança e à vida, bem como se ocorre a diminuição dos casos de violência contra as mulheres. Além disso, enfatiza que não há garantia que o estímulo oferecido pelo conhecimento das leis e o apoio logístico seja suficiente para o empoderamento feminino, principalmente, no que se refere à utilização dos mecanismos/espaços de proteção e combate à violência.
	Representações Sociais a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Contexto Sócio-Histórico de São Borja/RS	A autora identifica as estatísticas sobre a violência contra a mulher e investiga ações legais efetivas e as políticas públicas implantadas para combater o problema, dentre elas o PMM.	Ressalta que o trabalho é uma das condições fundamentais que auxilia na emancipação da mulher. Aliada a essa condição, estar preparada profissionalmente para competir por um espaço reconhecido no mundo do trabalho pode ter uma representação muito significativa na vida da mulher. Aponta como estratégia para minimizar ou reduzir qualquer tipo de violência doméstica a integração dos homens (maridos, companheiros, pais, etc.), no contexto educacional de qualificação dessas mulheres, conscientizando-os da importância e de como essa qualificação e emancipação podem contribuir para a melhoria de vida da família.
	"Mulheres mil" como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	A autora analisou a relação entre o PMM e o empoderamento feminino, sob a ótica das próprias beneficiárias, objetivando proporcionar subsídios para o adequado entendimento do conceito de empoderamento.	Com uma abordagem em três dimensões: psicológica, econômica e legal/política/social, os resultados da pesquisa apresentam indícios de que, nas percepções das beneficiárias, o empoderamento foi detectado, principalmente, nas relações familiares; ressaltando, entretanto, que não é possível afirmar que o empoderamento foi culminado pela participação das mulheres no PMM.

Categories	Título das publicações	Sinopses	Principais considerações
Educação Profissional	Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes	A autora investigou a relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes, sendo o capital social tomado em sua forma positiva, representando o potencial de criação de redes de apoio para a consecução de objetivos comuns.	De acordo com as narrativas das participantes do PMM detectou-se que o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças na vida dessas mulheres em diversos aspectos, desde sua inserção no mundo do trabalho, até a melhoria nas relações familiares e no desempenho dos seus filhos na escola – visto que elas passaram a auxiliá-los e incentivá-los nos estudos. Além disso, muitas conquistaram respeito dos seus cônjuges e companheiros (reduzindo a violência doméstica), assim como assumiram o papel de multiplicadoras de conhecimentos nas suas comunidades, incentivando e mobilizando outras mulheres a seguir a mesma trajetória. Entende a autora que, para além das relações interpessoais, é fundamental trabalhar de forma articulada as relações familiares e sociais. Destaca a importância de conscientizá-las sobre o esforço que, em geral, empreendem no ambiente familiar, como também que devem estar cientes de todos os tipos de violência que podem ser vítimas e formas de defesa; esclarecendo sobre as formas que assumem os relacionamentos abusivos e como se defender deles.
	A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação.	Trata-se de uma avaliação da eficácia do PMM, como parte das políticas de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade, com o intuito de compreender o histórico das políticas públicas de gênero, a construção e execução do PMM, assim como seus resultados, enquanto uma ação inclusiva.	Considerando o alto índice de mulheres vítimas de violência doméstica, entende-se o PMM com potencial estratégico de emancipação e valorização das mulheres. Destaca que aquelas mulheres que tiveram acesso ao programa apresentaram mudanças significativas nas suas formas de entender a vida, tornando-se, talvez, pela primeira vez, protagonistas de suas próprias histórias. Contudo, há a ressalva quanto o cunho salvacionista que esta sendo conferido às instituições que ofertam o PMM, dada a responsabilidade que vai além de suas funções, sugerindo, ainda, uma reorganização dessas instituições e uma reestruturação dos objetivos do programa.
	Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero.	Este estudo pretende mostrar os limites da perspectiva eurocêntrica, que inferioriza povos pela cor da pele, subjuga as mulheres e impõe um caminho único para viver, ser e estar.	Destaca que o PMM apresenta dualidades, com contradições e conflitos que refletem questões que perpassam as percepções individuais, identificando questões de representações e relações sociais impostas no decorrer do processo de constituição da história brasileira. Ressalta que uma das dualidades se instala na importância

Categorias	Título das publicações	Sinopses	Principais considerações
		<p>Defende a adoção de Epistemologias do Sul para que se possa instituir processos educacionais balizados na interculturalidade crítica e assim constituir pedagogias de coloniais.</p>	<p>do PMM, visando democratizar o acesso ao processo educacional e assegurar espaços educacionais para as mulheres, que, de alguma forma, sofreram ou sofrem as reprimendas de uma sociedade patriarcal e preconceitos de classe e de raça, que fazem com que a violência, a submissão e a dominação incidam de formas diversas nas vidas das mulheres. Sugere estudos mais aprofundados sobre processos educacionais, que possam contribuir para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas e a construção da uma escola justa para as negras e brancas em situação de vulnerabilidade social, que sonham com novas oportunidades educacionais, com rompimento das situações de pobreza e da violência de gênero, direitos objetivados na legislação brasileira, mas que, no decorrer das suas trajetórias, lhes foram negados.</p>
	<p>A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia</p>	<p>Trata-se de investigar as contribuições do programa na melhoria da qualidade de vida das alunas (elevação da escolaridade/retomada dos estudos, autoestima, reconhecimento dos direitos relacionados à cidadania).</p>	<p>Aponta o PMM como uma política educacional diferenciada das demais, por trazer na sua concepção uma educação para além de uma formação profissional, se aliando a outros temas, que contribuem para uma conscientização cidadã e social, possibilitando às participantes adquirir conhecimentos relacionados aos direitos da Mulher e, principalmente, ampliando os conhecimentos sobre violência doméstica e sobre os mecanismos de combatê-la. Evidenciou-se, ainda, que o programa conseguiu instruí-las sobre as questões relacionadas à condição da mulher na sociedade e, ainda, a conscientização sobre o direito de ter uma vida sem violência, com maior empoderamento.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quadro 04 – Apresentação das categorias emergidas da análise de conteúdo sobre as sinopses e principais considerações referentes às temáticas “Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo”, nas publicações selecionadas das bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2018

PROGRAMA MULHERES MIL E BEM ESTAR SUBJETIVO			
Categoria	Título das publicações	Sinopses	Principais considerações
As principais mudanças vivenciadas pelas mulheres	Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	A pesquisa teve como objetivo verificar as mudanças vivenciadas pelas mulheres do PMM, quanto aos aspectos demográficos e econômicos, insegurança alimentar e bem-estar subjetivo, após a participação no referido programa.	Demonstrou que, mesmo não havendo alterações significativas na questão de Segurança Alimentar e Bem-Estar Subjetivo, o PMM proporcionou avanços reais e potenciais, sinalizando positivamente contribuições para a melhoria na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.
	Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, Campus Paranavaí: A transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero	Os autores analisaram a eficácia do PMM e a transformação social das mulheres em estado de vulnerabilidade social.	Os resultados encontrados sugerem que os objetivos do PMM foram cumpridos parcialmente; destacando que houve impacto positivo sobre as participantes do referido programa.
	Bem-Estar Subjetivo em Participantes do Programa Mulheres Mil - Barbacena MG	Os autores avaliaram o bem-estar subjetivo em participantes do PMM.	Evidenciou-se que os resultados não apresentaram significância estatística, embora tenha sido registrado uma maior satisfação com a participação no PMM.

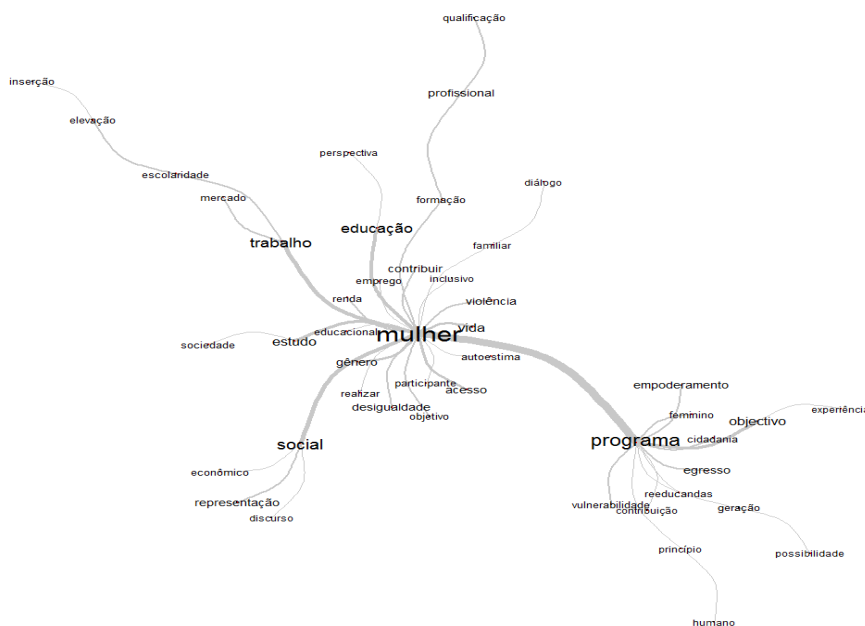
Fonte: Dados da pesquisa (2018)



Quanto à categoria “as principais mudanças vivenciadas pelas mulheres”, que emergiu na análise da temática “Programa Mulheres Mil e Bem-Estar Subjetivo”, evidenciou-se que os objetivos do PMM foram cumpridos, parcialmente, com destaque para o impacto positivo do programa, sinalizando melhorias na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias. No entanto, os resultados não apontam significância do PMM na alteração do Bem-Estar Subjetivo. (CAMPOS, 2015, FURTADO *et al*, 2012, PANARARI-ANTUNES *et al*, 2016).

A referida análise de conteúdo foi complementada com o uso do software Iramuteq, por meio da Análise de Similidades, ao examinar 10 resumos dos textos pesquisados. A partir dessa análise baseada na teoria dos grafos é possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo do corpus textual. Conforme Figura 01, foram identificadas duas palavras que mais se destacaram no discurso, sendo: “Mulher” e “Programa”<sup>9</sup>.

Figura 01 - Grafo de similitude representativo dos resumos dos estudos pesquisados, no período de 2012 a 2018.



Fonte: Dados da Pesquisa (2018), analisados com o auxílio do software Iramuteq.

<sup>9</sup> A palavra programa aparece em substituição à expressão “Programa Mulheres Mil”.

Da palavra “mulher” se ramificaram outras palavras significativas, como: “Trabalho” (mercado, renda, inserção), “Educação” (formação, profissional, qualificação, emprego), “Social” (gênero, desigualdade, autoestima). A palavra “violência” foi citada de forma menos incidente, como parte da vida da mulher, associada à família, diálogo e inclusão. Por outro lado, a palavra “Programa” encontra-se interligada com as expressões: “vulnerabilidade”, “geração”, “possibilidade”, “cidadania” e “empoderamento”.

Nesse sentido, pode-se inferir que, de uma forma geral, os discursos contidos nos estudos pesquisados, além de apresentarem referências que, de acordo com a literatura exposta, coadunam com a o discurso proposto pelo Programa Mulheres Mil, revelando o quanto essa política permite vislumbrar novas possibilidades, por meio da educação, qualificação e trabalho para enfrentamento das condições de vulnerabilidade, maior empoderamento e melhorias sociais das participantes do PMM.

As palavras evocadas na análise proposta nesta pesquisa identificaram que, apesar do enfrentamento da violência ser um dos objetivos do PMM, sua citação nos discursos dos trabalhos analisados se dá de forma menos incidente, comparativamente às expressões educação, trabalho e social, que estão ligadas à pessoa da Mulher; bem como experiências, possibilidades, cidadania e empoderamento, associadas ao Programa.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A construção do conhecimento sobre o Programa Mulheres Mil, evidenciada pela produção de estudos acadêmicos analisados e discutidos neste artigo, revela que as pesquisas sobre a temática “Programa Mulheres Mil”, associada à temática “Violência Doméstica e de Gênero”, bem como à categoria “Bem-Estar Subjetivo” são superficiais; ou seja, apesar da atenuação da violência e melhoria do bem estar serem objetivos do PMM, essa temática é tratada de forma secundária, trazida à tona para complementar os estudos, que ressaltaram o empoderamento, por exemplo.

Este estudo revelou ainda que, em nenhum dos estudos pesquisados, os temas utilizados demandam uma profundidade de conhecimento e maior proximidade com o sujeito, tanto do ponto de vista teórico, político e social, quanto investigativo, este estudo apontou a necessidade de incentivo e ampliação de novas investigações. Nesse sentido, o resultado deste estudo demonstra o caráter inovador da pesquisa proposta, bem como sua importância para a sociedade, diante da incidência crescente da violência contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M. Femicídio: O que é. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso 29/09/2020.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**. v. 29, n. 2, p. 449-470, 2014.
- BARBOSA, Marcela Dias; BORGES, Paulo César Corrêa. Feminismo, gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**. v. 2, n. 1, p. 207 – 227, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n 49, p. 87-98, 2003.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121, Feb. 2011.
- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso: 29/09/2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Mulheres Mil. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/mulheres-mil?start=20>. Acesso: 29/09/2020.
- CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015, 160 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. **Violência contra a mulher: Vulnerabilidade Programática em tempos de Sars-Cov-2 / Covid-19 em São Paulo.** *Psicol. Soc., Belo Horizonte*, v. 32, e020015, p.1-20, 2020.

CAMPOS, R. L. A.; RENGIFO, M. L. A.; MEZA, C. J. D. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas em el marco del desarrollo humano. **Revista lasallista de investigación**, v.8, n.1, p.117-125, 2011.

CERIONI, Clara. 1 em cada 4 mulheres passou por violência no Brasil em 2018, diz pesquisa, 02/03/2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/1-em-cada-4-mulheres-passou-por-violencia-em-2018-no-brasil-diz-pesquisa>. Acesso em: 29/09/2020.

CONTO, Janete Maria de. **Representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS.** 2012. 295 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

COSTA, Elder Lisboa Ferreira. A violência contra a mulher à luz do discurso Internacional. **Revista Direito em Movimento**, v. 16, n. 1, p. 56-109, 2021.

DIAS, A. O. S. Violência contra a mulher opressão e omissão: um grito de liberdade. 2016. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos-academicos/20429-violenciacontra-a-mulher-opressao-e-omissao-um-grito-de-liberdade>. Acesso 29/09/2020.

DIENER, E.; LUCAS, R.E. Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture, and evaluation theory. **Journal of Personality Assessement**, v. 1, n. 1, p. 41-78, 2000.

DE MOURA, Denise Cristina Alves; GRECO, Rosangela Maria; LEONEL, Mariléia. Saúde do trabalhador – produção científica da enfermagem na primeira década do século XXI. **Revista de Enfermagem da UFJF**, v. 1, n. 2, p. 153-160, 2015.

DE SOUZA, Karina Cardoso; LEAL, Tatiana Oliveira dos Santos; SILVA, Débora Bastos. A Lei Maria da Penha entre as alunas do Programa Mulheres Mil IFMA Açailândia. In: **VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (VII CONNEPI)**, Palmas, Tocantins, 2012.

DUARTE, M. C.; FONSECA, R. M. G. S.; SOUZA, V.; PENA, É. D. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. **Rev. Bras. Enferm.** v. 68, n. 2, p. 325-32, 2015.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. In: FONTOURA, N.; REZENDE, M.; QUERINO, A.C. Beijing+20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo – Brasília: Ipea, 2020. p. 159-216.

FURTADO, Fabianne, et al. "Bem-Estar Subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena - MG." **HOLOS**. v. 4, p. 178-187, 2012.

GUERRA, Suzana Curi. **Relevância do programa mulheres mil para o capital social das participantes**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Análise de conteúdo. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**, Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

MACHADO, Dinair Ferreira; ALMEIDA; Margareth Aparecida Santini de; DIAS, Adriano; BERNARDES, João Marcos; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n.2, p.483-494, 2020

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaço dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)-Campus Iguatu**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdades EST. São Leopoldo, 2014.

PANARARI-ANTUNES, Renata de Souza et al. Análise do "Programa Mulheres Mil" no IFPR, Campus Paranavaí: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero. **HOLOS**, v. 1, p. 153-160, 2016.

PETTER, C. B.; CAGLIARI, C. T. S. Desafios contemporâneos no combate à violência contra a mulher. **Revista Unitas**, n. 1, p. 122-143, 2016.

RODRIGUES, Sílvia Helena de Oliveira. **A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no mercado de trabalho**. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdades EST. São Leopoldo, 2017.

RIBEIRO, L. É. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Adriana Beserra; DE ANDRADE CUNHA, Tânia Rocha. Do silêncio a visibilidade: o fenômeno da violência conjugal a partir dos depoimentos de mulheres do Município de Codó–MA. **V Seminário Internacional Enlaçados e Sexualidades**. Bahia, 2017.

SOUZA, A. V. M. SOUZA, N. V.; SANTOS, N. G. Profissionalização, memórias e contextos sociais: reflexões sobre Projeto Internacional Mulheres Mil, Brasil/Canadá. **V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Sergipe, 2011.

TUNIN, Andréa Simoni Manarin. **A escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação**. 2015. 165 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015- Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Ed. Brasília/DF: Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015.